



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004478-63.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Linaldo Duarte Filho**
 Requerido: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Reparação de Danos Materiais, proposta por **LINALDO DUARTE FILHO**, em face do **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, sob o fundamento de que, no dia 16 de abril de 2013, por volta de 12h30/12h50, ao levar o filho à escola, trafegava pela Rua João Paulo II e, ao fazer conversão, em velocidade compatível com o local, para alcançar a Rua Mário Rossi, sofreu um impacto com uma vala para escoamento de águas pluviais, que deveria ser sinalizada por ter 40 cm de profundidade e 1,40 de largura, ocasionando danos ao seu veículo e aos demais que, usualmente, trafegam pelo local. Sustenta que requereu ressarcimento administrativo pelos reparos no veículo que perfazem R\$ 1.520,00, tendo a solicitação sido indeferida, motivo pelo qual se justificaria a intervenção judicial.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 8-26. Posteriormente, o autor juntou fotos às fls. 31-35.

Em contestação às fls. 42-54 o Município aduz, em resumo, que: **I)** o condutor deveria ter cautela nas proximidades com o cruzamento, em atenção ao art. 44 do CBT; **II)** não tem culpa pela ocorrência do evento, quer por imprudência, quer por negligência; **III)** o local está sinalizado; **IV)** o dever de indenizar ocorre na prática de um ato ilícito, com dano e nexos de causalidade entre eles; **V)** o sarjetão suprimido visou melhorar a qualidade do sistema de drenagem; e **VI)** o requerente apresentou pedido administrativo quando já tinha efetuado os reparos no veículo.

Juntou documento à fl. 56.

Foi realizada audiência de instrução (fls. 65-72).

O autor juntou comprovante de pagamento pelos reparos efetuados em seu veículo (fls. 74-75).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PASSO A FUNDAMENTAR E PEDIR.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do CPC, eis que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido merece acolhimento.

O objeto da lide envolve a responsabilidade do Estado que lhe pode ser atribuída objetivamente, na modalidade risco administrativo, do qual não se exige a comprovação de dolo ou culpa no resultado danoso, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal; ou subjetivamente, concernente ao que os franceses nomearam como *faute du service*, ou seja, quando o serviço não funciona, funciona mal ou atrasado.

A responsabilidade subjetiva do Estado, conforme ensina Celso Antônio Bandeira de Melo, é assim descrita:

“Ocorre a culpa do serviço ou 'falta do serviço' quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado. Esta é a tríplice modalidade pela qual se apresenta e nela se traduz um elo entre a responsabilidade tradicional do Direito Civil e a responsabilidade objetiva (...) Em suma: a ausência do serviço devido ao seu defeituoso funcionamento, inclusive por demora, basta para configurar a responsabilidade do Estado pelos danos daí decorrentes em agravo dos administrados”.

Nesse sentido, no caso em apreço, a questão tem de ser analisada sob a ótica da responsabilidade objetiva do Estado, pois houve um atuar do ente público, na colocação do "sarjetão", que estaria fora das especificações, vindo a causar danos no veículo do autor.

Ainda que se entendesse pela responsabilidade objetiva, a culpa do requerido estaria configurada, pela má execução do serviço e falta de sinalização adequada.

Com efeito, em seu depoimento pessoal, o autor informa que cerca de 150 metros antes do seu veículo cair na vala e ter o para-choque danificado pelo impacto, passou por uma lombada, do que se depreende plausível a alegação de que não estivesse em velocidade incompatível com a via pública.

As testemunhas ouvidas dão respaldo à versão por ele apresentada, inclusive no sentido da profundidade inadequada da depressão, tanto que havia marcas de outros veículos que nela teriam raspado, conforme se observa a fls. 33.

Apontaram, ainda, ausência de pintura sinalizadora sobre a depressão e de qualquer placa apontando a sua existência, bem como os danos ocasionados no veículo do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por outro lado, na foto de fls. 35 se observa que a depressão foi corrigida, o que vem a confirmar a irregularidade da sua instalação, na profundidade verificada.

Note-se que o autor vinha de uma outra rua e fez a conversão, tendo sido pego de surpresa com tamanha depressão, além de não possuir a adequada sinalização, obrigação imposta ao município réu, pelo Código de Trânsito Brasileiro, senão vejamos:

Art. 80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN.

Art. 88. Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção, enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.

Art. 94. Qualquer obstáculo à livre circulação e à segurança de veículos e pedestres, tanto na via quanto na calçada, caso não possa ser retirado, deve ser devida e imediatamente sinalizado.

Portanto, diante do conjunto probatório, patente o dano e o nexo causal entre ele e a conduta do requerido, tanto omissiva quanto comissiva, a ensejar a indenização.

A Colenda Corte Paulista, em casos análogos, assim decidiu:

INDENIZAÇÃO DANOS CAUSADOS EM VEÍCULO DECORRENTES DE QUEDA EM VALETA NEXO CAUSAL COMPROVADO IMPERÍCIA DA RÉ NA CONSTRUÇÃO DA DEPRESSÃO - OMISSÃO NA SINALIZAÇÃO CONTRARIANDO O DISPOSTO NOS ARTS. 80 E 88, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO DANOS MATERIAIS COMPROVADOS CULPA CONCORRENTE DO AUTOR MANTIDA DANOS MORAIS NÃO DEMONSTRADOS RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação nº 0044115-18.2009.8.26.0576, Relator(a): Ferraz de Arruda; Comarca: São José do Rio Preto; Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 08/06/2011; Data de registro: 09/06/2011)

Quanto ao valor do ressarcimento, o recibo de fls. 74/75 comprova a exata quantia paga pelo autor.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido, com fundamento no artigo 269, IV do CPC, para o fim de condenar o Município a indenizar o autor em R\$ 1.520,00, corrigidos desde o desembolso, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E e juros moratórios, que corresponderão aos juros



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015, a partir do evento danoso, 16/04/2014), conforme Súmula 54 do C. STJ.

Diante da sucumbência, arcará o requerido com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

P.R.I.C

São Carlos, 23 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**